

1. TER. SEM/TER. 1º CONGR. NAC. (D)

Centro de Pastoral Vergueiro

05 FEB 1985

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

MOVIMENTO DOS SEM TERRA

1º CONGRESSO NACIONAL
Curitiba - 29 a 31 jan. 1985





DOCUMENTO FINAL DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL

DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os 1.500 delegados, representando todos os estados do Brasil, reunidos em Curitiba-PR, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, EXIGEM:

01 - Em Relação à Distribuição e Uso das Terras

- 1.1 - Que a terra seja para quem nela trabalha.
- 1.2 - Que a Reforma Agrária seja feita sob controle dos trabalhadores.
- 1.3 - Que os trabalhadores rurais tenham o poder de decidir como se vai dividir as terras, como se vai cultivar e também sobre a forma de titulação.
- 1.4 - Que o governo legalize todas as terras que forem ocupadas.
- 1.5 - Que o tamanho máximo das propriedades seja fixado de acordo com as regiões, não devendo ultrapassar a 500 hectares.
- 1.6 - Que o governo desaproprie todas as propriedades acima de 500 ha.
- 1.7 - Que na distribuição das terras se respeitem as necessidades de cada família, de acordo com cada região.
- 1.8 - Que o Estado garanta todas as condições de produção e de assistência nas terras distribuídas.
- 1.9 - Que o governo estimule a produção para o atendimento das necessidades de todo o povo.
- 1.10 - Que o governo garanta que a produção respeite a preservação do meio ambiente.
- 1.11 - Que o governo aplique, no mínimo, 5% do orçamento da União para a reforma agrária.
- 1.12 - Que o governo distribua imediatamente todas as terras nas mãos dos governos Federal e Estadual.



MINISTÉRIO DOS TERRACONDOMÍNIOS E REFORMA AGRÁRIA

SECRETARIA REGIONAL SUL

Caixa Postal 1916
Rua São Manoel, 35 -- Rio Branco
CEP 90.000 -- Porto Alegre -- Brasil

- 1.13 - Que os assentamentos sejam nos Estados e regiões de origem dos trabalhadores.
- 1.14 - Que os governos estaduais possam realizar desapropriação para a Reforma Agrária.

2 - Sobre as Multinacionais

- 2.1 - Expropriação de todas as terras das multinacionais e proibição de estrangeiros terem terra daqui para a frente aqui no Brasil.

3 - Colonização

- 3.1 - Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas.
- 3.2 - Assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes.

4 - Sobre os Órgãos Governamentais

O que queremos em relação ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), INCRA, e aos Institutos de Terra de cada Estado (GETAT, SUDAM, CODEVASF, JICA):

- 4.1 - Extinção do MEAF, GETAT, SUDAM, CODEVASF e SUDENE e os Institutos de Terra dos Estados.
- 4.2 - Criação de novos organismos com a participação dos trabalhadores na criação e administração.
- 4.3 - Os trabalhadores, ao ocuparem as terras, devem ir criando suas próprias leis e organismos.
- 4.4 - Criação de organismos estaduais com a participação dos trabalhadores tendo autonomia em relação ao Governo Federal.
- 4.5 - Criação de um fórum de Justiça Agrária dentro do poder Judiciário, com a participação dos trabalhadores

5 - Estatuto da Terra

- 5.1 - O Estatuto da Terra não presta. Exigimos que seja extinto.

5.2 - Exigimos que sejam criadas novas leis, com a participação dos trabalhadores a partir da prática e da luta dos mesmos.

6 - EM RELAÇÃO À VIOLÊNCIA NO CAMPO

- 6.1 - Que o Governo implante a Reforma Agrária com a participação dos trabalhadores como única forma de acabar com a violência no meio rural.
- 6.2 - Exigimos segurança para a nossa luta de organização do Movimento Sem Terra.
- 6.3 - Exigimos que o Governo Federal assuma a apuração de todos os assassinatos e punição dos mandantes e executores dos crimes.
- 6.4 - Exigimos que acabe a violência nas ocupações de terra.
- 6.5 - Confisco dos bens dos mandantes dos crimes em favor das vítimas e dos trabalhadores.
- 6.6 - Que se resolvam os problemas da terra sem o uso da polícia.
- 6.7 - Que o governo respeite os direitos do trabalhador rural.
- 6.8 - Que o Governo apoie a luta e os organismos dos trabalhadores.
- 6.9 - Que a Justiça seja igual para todos.
- 6.10 - Que o Governo faça controle dos cartórios de registro de imóveis para evitar a falsificação de registros.
- 6.11 - Que a repressão policial seja utilizada contra a criminalidade e não contra os trabalhadores.
- 6.12 - Exigimos o desmantelamento de todos os organismos de repressão, inclusive os paramilitares.
- 6.13 - Exigimos autonomia do Poder Judiciário e a criação de uma Justiça Agrária.
- 6.14 - Consideramos os Governos Estadual e Federal os responsáveis por todos os atos de violência e assassinatos de trabalhadores e exigimos que o governo acabe com as ameaças e pressões contra os trabalhadores.

Curitiba, 31 de janeiro de 1985.